

Universidades Lusíada

Rogeiro, Nuno, 1957-

**Do poder legitimado : os "tipos ideais" de
autoridade na sociologia política de Max Weber**

<http://hdl.handle.net/11067/5079>

<https://doi.org/10.34628/dkjz-4n90>

Metadados

Data de Publicação	1998
Palavras Chave	Poder (Filosofia), Escola de Sociologia Marxista
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, n. 06 (1998)

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-04T20:39:54Z com
informação proveniente do Repositório

NUNO ROGEIRO(*)

DO PODER LEGITIMADO - OS “TIPOS IDEAIS” DE AUTORIDADE NA SOCIOLOGIA POLÍTICA DE MAX WEBER()**

UMA REVISITAÇÃO

ÍNDICE

- I. Introdução: WEBER e o “espírito da época”
 - 1. Multiplicidade interpretativa
 - 2. Dimensões patrióticas
- II. Poder e autoridade em WEBER: prolegómeno
 - 1. Autoridade e aceitação
 - 2. A autonomia do Político
- III. Os processos de legitimação do Poder: circunscrição, significado e função dos “tipos ideais”
 - 1. Funções de legitimação
 - 2. A construção dos “Idealtypen”
- IV. A classificação tripartida dos processos de legitimação
 - 1. Situação do problema
 - 2. A autoridade carismática
 - a) Balizagem
 - b) Características gerais
 - c) Forças e fraquezas sistémicas
 - d) A sucessão como “vexata questio”
 - 3. A autoridade tradicional
 - a) O “poder que sempre existiu”
 - b) Debilidade e desafios”
 - 4. A autoridade legal-racional
 - a) O império normativo
 - b) O aparelho administrativo

(*) Docente da Universidade Lusíada.

(**) Versão aumentada e anotada da comunicação apresentada ao colóquio sobre simbologia do Poder (painel “Autoridade”), organizada pela Universidade Lusíada.
POLIS n.º 6 SETEMBRO-DEZEMBRO 1998, pp. 47

c) Estado de Direito e democracia

V. Conclusão: MAX WEBER face ao juízo actual

1. A sombra projectada
2. Actualidade Weberiana e questões emergentes
3. Do bom uso dos arquétipos
4. Sensibilidade e bom senso

Quadro e bibliografia geral

I. INTRODUÇÃO. WEBER E O “ESPÍRITO DA ÉPOCA”

Nascido antes da consagração da unidade Bismarckiana da Alemanha Guilleraina, morte do segundo ano de vigência da “República de Novembro”, MAX WEBER (1864-1920) foi, talvez antes de mais nada na esfera do Político, um militante intelectual do patriotismo germânico, angustiado com as questões da identidade nacional, da qualidade da liderança, da adequação da burocracia pública, de funcionamento das instituições, da dimensão existencial do Estado e da sobrevivência de uma comunidade de destino na nova era técnica.

1. Multiplicidade interpretativa

Olhado por alguns vulgarizadores como um neo-maquiavélico na linha de um PARETO, de uma MOSCA, de um MICHELS, obcecado com a possibilidade de uma investigação técnica “autónoma” dos mecanismos do Poder, adversário do amalgamento “metafísico” da politologia nos domínios rigorosamente exógenos da Ética ou da Moral, WEBER pretendeu inaugurar uma sociologia explicativa “liberta de valores” (*wertfrei*), mas não negadora de valores. A ética profissional do cientista nunca matou em WEBER, por exemplo, a paixão moral do político.

Para outros intérpretes, WEBER ergueu-se intelectualmente, sobretudo, como uma espécie de “KARL MARX da burguesia”, no sentido de ter investigado coerentemente, num seio multidisciplinar, a rede de valores das classes médias. Antropólogo, sociólogo, politólogo e economista, jurista e académico, historiador cultural e polenista, WEBER não se tornou, porém, num arquitecto de uma mundividência alternativa nem um visionário escatológico. O tempo foi, para si, o seu tempo.

Filho de jurista liberal “de direita”, educado num meio urbano da burguesia industrial prussiana, soldado e oficial do Império, socialista catedrático “à la” SCHMELLER, pangermanista céptico, antiracista declarado (cf. a sua comunicação ao Congresso Anual da Associação Alemã de Sociologia, em 1910), crente na inevitabilidade de um confronto entre uma Grande Alemanha e uma Grande Rússia, WEBER vê-se integrado na delegação dos vencidos à Conferência de Versailles e na comissão de redacção da Constituição de Weimar. A guerra e a paz, a capitulação e o recomeço, as crises do Estado burguês, nos seus avatares parlamentares e monocráticos, a mutação dos impérios orientais, o papel da força e do espírito de civilização (no

sentido de “*Kultur*”) no jogo internacional de estratégias, eis algumas das situações de indefinição e crise que perturbaram WEBER, obrigando-o a permanecer atento até ao último dia, quando tinha no prelo “Economia e Sociedade”, publicado postumamente pela mulher, Marianne, espírito forte e espírito gémeo.

2. Dimensões patrióticas

Quem leu, nos “Escritos Políticos” de WEBER, as referências à política de poder (ou de potência) e à observação da História como um ringue de conflitos, ou a alusão à fraqueza essencial das nações que só fabricam “burocratas estimáveis e técnicos de mérito”, quererá ligar o autor aos fascismos nascentes, mas sobretudo ao nacional-socialismo, salientando, entre outras coisas, a sua imensa influência sobre o mais brilhante “teórico do Reich”, CARL SCHMITT (esquecendo convenientemente a provada importância para o desenvolvimento do pensamento dos seus discípulos KARL LOEWENSTEIN e GEORG LUKACS, ou da formulação metodológica de HANS Kelsen).

WEBER é, no entanto, como mostrou, por todos, RAYMOND ARON, um defensor de uma “pátria de cidadãos” e não de servos, de uma nação internacionalmente poderosa mas assente, internamente, no consentimento, na cultura e nas liberdades civis.

Obcecado com a nova era técnico-racional, MAX WEBER não é um “nacionalista liberal” num sentido partidário vulgar. É antes, como actor político, um crente na possibilidade de conciliar uma sociedade aberta de homens livres e uma nação-estado unida, determinada, respeitada e conhecedora dos meios melhores para cumprir, na dimensão universal, o seu destino.

Com todas estas linhas prévias se cose a teorização de WEBER acerca da autoridade política, que consubstancia o núcleo essencial deste estudo.

(Sobre MAX WEBER e a política do seu tempo, cf., entre outros, D. BEETHAM, *Max Weber y la Teoria Politica Moderna*, Madrid 1979; K. LOEWENSTEIN, *Max Weber staatspolitische Auffassungen in der Sicht unserer Zeit*, Frankfurt 1965; W. MOMMSEN, *Max Weber und die Deutsche Politik, 1890-1920*, Tubinga 1959; E. NOLTE, *Max Weber vor dem Faschismus*, em *Der Staat*, vol. 2, pp 1-24; G. ROTH, *The Social Democrats in Imperial Germany*, Englewood Cliffs, 1963; R. ARON, *Max Weber et la Politique de puissance*, comunicação ao 15.º Congresso de Sociólogos alemães, em Heidelberg, e introduzido como apêndice em ARON, *Les Étapes...*, op. cit. na indicação bibl. final; J. P. FAYE, *Langages Totalitaires - Critique de la raison/l'economie narrative*, Paris 1972, sobre a influência de Weber nos círculos “jovem-conservadores” do período *interbellum* da Alemanha do século XX; A. MITZMAN, *The Iron Cage: An Historical Interpretation of Max Weber*, N. Iorque 1970, para uma interessante, embora muito discutível, interpretação pseudo-histórica e realmente psicanalista da posição política e científica de WEBER; GERTH, H. C.w., *From Max Weber: Essays in Sociology*, N. Iorque 1958, sobretudo pela introdução concisa sobre a dimensão política e científica de WEBER, em larga medida declaradamente baseada no marcante livro biográfico de Marianne Weber, *Max Weber: Ein*

Labensbild, surgido em Tubinga, em 1926).

II PODER E AUTORIDADE EM WEBER: PROLEGÓMENO

Em várias instâncias se salienta que a conceptualização de MAX WEBER, se bem que razoavelmente clara e integrada numa sistematização implacavelmente lógica, é essencialmente descritiva e por vezes aproximativa, ou elástica.

De qualquer forma, a sua abordagem do problema do poder político nas sociedades não deixa margem para dúvidas. WEBER entende “poder” (*Macht*) como a possibilidade de impôr uma vontade - individual ou colectiva - a outrem (numa relação social), mesmo *contra resistência*. A ideia de coacção, no sentido de imposição de castigos, se não for seguido um determinado comando, é assim apenas indirectamente sugerida, se bem que se foque claramente a eventualidade do uso da força para impôr uma vontade contestada.

Nesse sentido repete WEBER que o Estado, como consubstanciação da relação do Poder, possui uma espécie de “monopólio da violência”, e esse é um dos aspectos em que se traduz aquilo a que algumas escolas jurídicas chamam de “soberania interna”, ou poder sem igual na ordem endógena. Essa consideração tem tradições, para não citar outros, em JEAN BODIN e THOMAS HOBBS.

Nem todo o Poder é, porém, *autoridade*. Esta é a possibilidade de assegurar obediência a comandos definidos, por parte de uma “quantidade significativa de indivíduos”.

1. Autoridade e aceitação

Ou seja: a “autoridade” é uma forma particular de poder, que traduz a capacidade para obter aceitação, lealdade e respeito funcional pelo detentor da dominância, sem que este tenha de recorrer à coacção física.

Cria-se portanto aqui a ideia de que a “autoridade” não é um mero poder fáctico, mas uma forma voluntariamente obedecida pelos destinatários.

Mas ao falar da “autoridade”, WEBER utiliza permanentemente três termos: “*Autorität*”, “*Herrschaft*”, e “*legitimen herrschaft*”, ou seja “autoridade” *proprius sensu*, “senhorio” ou “domínio” e “domínio legítimo”.

Veremos já a seguir a arrumação lógica dos conceitos no edifício Weberiano, interessando para já referir que a ligação entre os termos “poder” e “autoridade” se dá através da ideia de “legitimidade”.

Esta é, para WEBER, a consequência de um processo de interiorização, por parte dos destinatários da relação de poder, da necessidade ou justeza dessa mesma ligação. Nesse sentido, exemplificando (e afastando a pristina noção agustiniana do Estado como associação de malfetores, se não for guiado pela Fé), dir-se-ia que é a aceitação, a interiorização e a livre vontade que distingue o poder do salteador de estradas sobre as suas vítimas e a autoridade do chefe de repartição de finanças sobre os contribuintes da sua zona fiscal.

O problema da autoridade implica assim, na sociologia política Weberiana, os seguintes elementos:

- a) Uma relação social definida, com actores identificados;
- b) Uma divisão entre sujeitos activos (detentores do poder) e sujeitos passivos (destinatários);
- c) Uma forma de título dos sujeitos activos, tradutor da aceitação do domínio pelos sujeitos passivos;
- d) Um processo de legitimação, i.e., um código activo que revela a aceitação voluntária da dominância;
- e) Um âmbito alargado de destinatários obedientes, sem o qual a autoridade seria meramente parcelar, dentro de uma comunidade dada;
- f) Instrumentos de imposição do poder aos desviantes, se bem que as formas de sanção negativa possam não traduzir a mera coacção física, apesar desta ser sempre a *última ratio* do soberano.

2. A autonomia do político

Na sociedade observada por WEBER, o Poder não é um dado inato, mas um produto de um conflito permanente. A luta constante entre grupos de interesses divergentes terá caracterizado e caracterizará, para MAX WEBER, a história social da Humanidade, e a instituição do poder e a cristalização legitimada da autoridade correspondem à superiorização momentânea de sectores dados, dentro de uma constelação de forças. Estes conflitos, ao invés de KARL MARX, não são protagonizados apenas por classes com posição determinada no aparelho produtivo, ou apenas por interesses económicos, mas também por grupos políticos estatutários dentro da mesma “classe”, por estados e grupos de estados, por facções diversas do mesmo aparelho de domínio, por detentores de interesses ou posições culturais, ideológicas, etc. A polemologia Weberiana atravessa assim as fronteiras de MARX e HEGEL, para estabelecer as suas próprias, numa abordagem “pan - realista” para muitos tipicamente, como se disse, “neo maquiavélica”.

Para WEBER, ainda, a ocupação de posições de poder por determinados grupos não tem tanto a ver com a sua situação face à propriedade económica, mas com a sua adequação técnica à função, ou aquilo a que NICOLAU MAQUIAVEL chamava “virtude”. E esta ocupação de poder por “técnicos”, sobretudo na sociedade política contemporânea, vai transformar as relações sociais, económicas, estamentais, demonstrando não só a autonomia do Político, como a sua qualidade, em etapas históricas determinadas, de motor da organização, distribuição e titularidade dos meios de produção.

Muitos viram aqui a fonte directa das teorias sobre a “revolução dos gestores”, a “tecnocracia” e a “tecnoestrutura”, que captaram a atenção de autores como James Burnham, J. K. Galbraith, Fernandez de La Mora, Daniel Bell, Raymond Aron, Seymour Lipset e outros.

(Cf. M. WEBER, *Grundriss der Sozialökonomik, III Abteilung: Wirtschaft und Gesellschaft*, Tubinga 1932, especialmente págs. 28-29, sobre definições liminares

de “poder” e “autoridade”; cf. ainda o artigo *Die drei reinen typen der legitimen Herrschaft*, do mesmo Weber, inserido em J. Winckelman, ed., *Staatssoziologie*, Berlim 1956, para uma referência pormenorizada aos processos legitimadores; cf. ainda, para uma visão académica crítica, P. M. BLAU, *Critical remarks on Weber's theory of authority*, em *American Pol. Sc. Review*, vol. 57, n.º 2, Junho 1963, pp. 305-16).

III OS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DO PODER: CIRCUNSCRIÇÃO, SIGNIFICADO E FUNÇÃO DOS “TIPOS IDEAIS”

Toda a sociologia do Poder em WEBER gira em torno da questão - directamente herdada, por exemplo, de ETIENNE BOÉCIO (1530-1563), em “Discurso da Servidão Voluntária” (de 1549, consultável na versão francesa da Payot, de 1976) - das razões verdadeiras da obediência dos cidadãos. Claro que o problema é complementar - mas não se confunde - da discussão sobre a natureza e origem do Poder. Em MAX WEBER, porém, o olhar sociológico faz-se não só no sentido descendente da pirâmide do poder, como na direcção ascendente. Interessa-lhe não só saber como se constituiu, na teoria e na prática, uma determinada forma histórica de domínio de uns homens sobre outros, mas sobretudo os motivos que levam os homens a sustentar os seus chefes, mesmo quando não se exerce sobre eles a força militar, policial ou administrativa.

1. Funções da legitimação

A ideia de “pirâmide de poder”, muito usada por neo-maquiavélicos como GAETANO MOSCA (*The Rulling Class*, versão americana, Nova Iorque 1939), possui aqui algo mais do que um valor alegórico. É que se o topo parece comandar a hierarquia piramidal, de um ponto de vista de técnica de engenharia é a base que sustenta o cimo e o todo. Desde cedo WEBER explicou que a “legitimação” foi pretendida pelos governantes como forma de estabilizar a própria estrutura de dominância - o Estado - e assegurar que os cidadãos ou os submetidos ao Poder (*Untertanen*) defendam integralmente a comunidade política face às ameaças internas e externas de subversão, secessão, desobediência civil e insurreição, agressão militar, etc.

Por outro lado, como notaram vários estudiosos da sua obra, WEBER insiste na qualidade subjectiva da legitimidade. Como refere ANTHON ORUM, numa observação que talvez simplifique demasiado a posição Weberiana, “*o problema da legitimidade como conceito é de parecer existir só nas mentes dos seguidores - nas suas crenças e opiniões. Por exemplo, diz Weber, os líderes carismáticos não possuem carisma, mas este é-lhes dado pelos seguidores*” (*Introduction to Political Sociology*, N. Jérria 1989, 3.ª ed., pág. 69).

ORUM formula esta crítica para sustentar a posição segundo a qual não é possível analisar os processos de legitimação de WEBER em termos objectivos (i.e., “científicos”), para além da observação das “interpretações imaginativas” dos destinatários do poder. De uma forma mais contruturada, objecções semelhantes foram

formuladas por MARTIN SPENCER, no seu artigo “*Weber on legitimate norms and authority*” (em *British Journal of Sociology*, n.º 21, Junho de 1970, págs. 123-134).

Parecem no entanto reparos menos justos: por um lado, a própria citação de WEBER usada por ORUM (“a validade do carisma depende decisivamente do reconhecimento”) serve para explicar que, mesmo no modelo tendencialmente metapolítico e instável do carisma (como veremos), há um elemento objectivo que leva o analista a reconhecer a relação. Ele é, precisamente, o reconhecimento do destinatário, como acto externo de obediência voluntária, e não mera apreciação psicológica.

2. A construção dos “*Idealtypen*”

Por outro lado, a morte prematura de WEBER (com 56 anos) não lhe permitiu a formulação de um sistema coerente de experimentação objectiva das várias fórmulas processuais de legitimação, o que não significa que tal não seja possível, sobretudo pelo recurso, no caso da “autoridade carismática”, à interpretação de inquéritos de opinião, sondagens e outros instrumentos sociométricos. Aliás, a procura de uma análise objectiva dos processos históricos de legitimação do poder nas sociedades fundou a opção metodológica Weberiana pelos “tipos ideais” (*Idealtypen*).

De forma resumida, poderíamos dizer que o “tipo ideal” é uma formulação abstracta que procura integrar determinadas características definidoras de uma situação. A tipificação ideal dos processos de legitimação baseia-se assim no isolamento de elementos detectados no processo de averiguação histórica, e na sua arrumação em categorias que permitam uma melhor identificação dos seus problemas teóricos. Numa segunda fase, a observação casuística dos procedimentos legitimadores será comparada com os modelos estabelecidos, de forma a saber se as instâncias práticas estudadas se integram no “*type pure*” (*reine type*) mais próximo, ou se possuem uma dimensão compósita. (cf. “Quadro II”).

Deve ainda referir-se que, em WEBER, os “tipos ideais” de legitimação nunca são definidos inteiramente, mas apresentados por contraste: a burocracia de tipo “legal-racional” seria assim a imagem invertida do patrimonialismo do tipo “tradicional”, adaptada aos requisitos da era técnica.

Refira-se ainda que os “tipos ideais” não são, como uma análise apressada faria crer, “estádios históricos” de desenvolvimento. Isto, apesar de, como veremos também, WEBER falar de “novos” e “antigos” processos de legitimação.

O “tipo ideal” é assim, na explicação do próprio WEBER, uma “utopia organizacional”, um quadro de pensamento feito do “acentuar unilateral de um ou vários pontos de vista e do encadeamento de uma multitude de fenómenos dados isoladamente”.

Não se trata, portanto, nem da “realidade histórica”, nem sobretudo, da “realidade autêntica”, mas de uma representação, ou uma imagem (*Gebilde*), uma formulação intelectual com a qual se comparará a aludida realidade.

(Cf. M. WEBER, *Essais sur la théorie de la science*, Paris 1965; K. ENGLISCH, e.a., *Max Weber*, Berlim 1966; T. PARSONS, *Evaluation et objectivité dans le domaine des sciences sociales; une interpretation des travaux de Max Weber*,

em *Revue Intern. des sc. sociales*, ed. UNESCO, vol. XVII, 1965, J. JANOSKA - BENDL, *Methodologische Aspekte des Idealtypus*, Berlim 1965).

IV

A CLASSIFICAÇÃO TRIPARTIDA DOS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO

1. Situação do problema

Mas WEBER vai buscar algumas conclusões de EMILE DURKHEIM (1858-1917) sobre a autoridade tradicional nas sociedades governadas por anciões e o seu declínio na era da burocracia, e refina as teses do precursor sociólogo francês, referindo três “tipos ideais” de poder legitimado: a autoridade carismática, a autoridade tradicional e a autoridade legal-racional.

WEBER designa os dois primeiros modelos com o termo “*Autoritat*”, e o terceiro com a expressão “*Herrschaft*”, ou “domínio”.

De salientar que a palavra “autoridade”, abundante mas controversa na Roma Antiga, proveniente de “*auctor*” e de “*augo*”, quererá significar o estatuto do que dá início, cria e aumenta, enquanto que a “*potestas*”, o poder, designaria um arsenal de meios activos de condicionamento de comportamentos.

Os três tipos de domínio implicam estádios mais ou menos avançados de institucionalização, situações de obediência voluntária e aceitação dos comandos públicos como válidos, para além do reconhecimento da legitimidade da forma dominante.

Mesmo assim WEBER considera que a autoridade carismática dificilmente se institucionaliza (sem se transformar noutro “tipo ideal”), sendo por essência instável e transitória, embora os laços que cria enquanto dura possam ser fortíssimos.

Nos três tipos estudados há assim que considerar não só a durabilidade do sistema como a intensidade das relações entre governantes e governados, para além da natureza do elemento legitimador e dos subsistemas ou variantes que o mesmo pode comportar.

(Cf. R. BENDIX e.a., eds., *State and society: A Reader in Comparative Political Sociology*, Boston 1968; R. BENDIX e G. ROTH, eds., *Scholarship and Partisanship: Essays on Max Weber*, Berkeley 1971; M. RHEINSTEIN, *Max Weber on Law, in Economy and Society*, Harvard 1954).

2. A autoridade carismática

a. Balizagem

“Carisma” provém do grego “*Kerygma*”, que significa “dom divino”. O termo é empregue assim em sentido próprio por WEBER, na medida em que designa o conjunto de qualidades excepcionais de um líder, não explicáveis racionalmente, pessoalizadas e geralmente reveladas em períodos de crise ou ruptura.

MAX WEBER salienta que o carisma é “intransmissível”, e que por isso o principal problema do sistema carismático é o da sucessão. Por outro, lado esta latente

instabilidade é compensada pela intensidade da relação entre os súbditos e o soberano. A ligação, típica de um sistema emocional e fideísta, é de autêntica “devoção” (*hingabe*), quer se trate de um líder guerreiro, de um chefe plebiscitário ou de um ditador cesarista.

No sistema carismático, o quotidiano e a rotina (*Alltagsgebilde*) são, em princípio, referências contraditórias, na medida em que normalidade e excepção se contradizem. Mas a “rotinização do carisma” é possível, como se verá.

As qualidades da liderança carismática são decisivamente subjectivas, mas também variam no aspecto das percepções individuais dos submetidos ao domínio.

b. Características gerais

Apesar disso, WEBER refere que há linhas de força, ou qualidades historicamente recorrentes, nesta liderança. Daí que se fale no carácter moral exemplar, no heroísmo, na santidade ou no magnetismo discursivo do chefe em juízo. Neste largo saco cabem, claro, personalidades moralmente “positivas” e “negativas”, profetas e heróis, demagogos e santos, charlatães e magos, chefes perversos e condutores de homens.

A revelação do líder em momentos de provação e crise possui tanto de excepcionalismo como de adequação histórica: um povo com fome precisa de um milagreiro, um povo derrotado de um general solar e glorioso, um povo perdido de um santo. E a ascensão, geralmente meteórica, do líder, traduz uma autêntica “força revolucionária na história”, na medida em que propicia um corte e um recomeço, um desenraizamento ou um regresso decidido às raízes.

Este sistema tende a desenvolver elementos característicos:

- a) O culto da personalidade do líder, e a repetição simbólica da sua figura, dos seus actos, quer na estrutura do Estado quer na existência social quotidiana;
- b) Nalgumas instâncias, o *ritual político* enreda-se numa liturgia miraculosa ou mágica, e o aparecimento público do líder assemelha-se a um fenómeno de hipnose colectiva;
- c) em várias hipóteses temos aquilo a que PELAYO chamou, numa releitura Weberiana, a *mitificação* do poder político, através da transfiguração do domínio numa vontade sobrehumana, transpessoal ou colectiva, em que o líder surge ora como representante “ideal” dessa vontade (da Nação, do Povo, do espírito da História, etc.), ora como símbolo de uma “fusão mística” entre povo e governante. (cf. M. G. PELAYO, *Los Mitos Políticos*, Madrid 1981, págs. 60-61).

c. Forças e fraquezas sistémicas

A melhor garantia do sistema é a manutenção do líder em “estado de graça”, através do seu exemplo e provas dadas, que reforçam nos súbditos a convicção na justeza, inevitabilidade e desirabilidade do seu domínio, bem como o reconhecimento

não-racionalizado das suas qualidades excepcionais.

Claro que aqui reside a maior fraqueza do mesmo sistema, como reconhece o autor: é que, para evitar a queda, o chefe tem de ultrapassar certas provas, que podem pôr em causa a sua coragem, a sua inteligência, a sua força, até a sua presumível indestrutibilidade. A promessa de um *Reich* para mil anos é, de certa forma, um juramento de imortabilidade do espírito de um líder. Um general que ocupou o Estado como vencedor dos inimigos da comunidade dificilmente sobreviverá a uma batalha perdida. Um condutor miraculoso enfraquecerá irremediavelmente se os seus prodígios pararem, ou deixarem de convencer as massas.

Por outro lado, como momento político excepcional e verdadeiramente novador, a autoridade carismática vive aprisionada do dilema qualidade-quantidade, ou intensidade-tempo. Como revelação de fé, devoção e entrega, o sistema nutre-se de uma forte ligação líder-massas. Mas a tentação de estabilização ou institucionalização podem reduzir drasticamente a intensidade da relação, se bem que a prolonguem no universo histórico. A “revinização” do carisma, para utilizar um termo tipicamente Weberiano, é a transformação de uma situação de excepção numa regra, ou a emergência em vida normal. Os laços que se criaram pela força do exemplo - ou pelo exemplo da força - podem não subsistir, ou são alvo de transmutação. É que, como diz o mesmo WEBER, “*o herói carismático não deduz a sua autoridade de códigos e estatutos, como ocorre com a jurisdição do cargo; nem deduz a sua autoridade do costume tradicional ou dos votos feudais da fé, como no caso do poder patrimonial. O líder carismático ganha e mantém a autoridade exclusivamente provando a sua força na vida*” (M. WEBER, *Ensaio de Sociologia*, pág. 287).

d. A sucessão como “*vexata questio*”

Apesar de MAX WEBER insistir, com base na observação histórica, na possibilidade de um carisma “impessoal”, centrado não num indivíduo mas numa família, num clã, numa tribo, a verdade é que o sociólogo admite, como já se disse atrás, que o problema fulcral deste tipo autoritário é o da sucessão.

É que, não sendo transmissível para além da morte física do seu detentor, o carisma é um bem fungível, escasso e instável. Ou o sucessor inaugura um novo ciclo carismático, com base numa nova apresentação ritual de provas dadas, ou dificilmente pode esperar governar colhendo os frutos do domínio pessoalíssimo do antecessor.

A problemática repetibilidade do regime tem a ver com a problemática repetibilidade de uma situação de emergência e da solução política para a mesma.

3. A autoridade tradicional

a. “O poder que sempre existiu”

Para WEBER, a tradição é também fundadora de um “tipo ideal” de processo de legitimação. O autor entende que por “tradição” (do latim *traditio*) se deve entender

a transmissão histórica de regras específicas, concretas, imutáveis, referentes ao acesso, origem ou exercício do poder.

Esta tradição legitimadora revela a crença de destinatários e titulares do poder num costume imemorial, baseado num elemento objectivo (uma prática social reiterada) e num elemento subjectivo (a convicção generalizada da obrigatoriedade do uso). Tal “poder que sempre existiu” tem traduções históricas mais ou menos precisas nas monarquias hereditárias e no modelo patrimonial-feudal.

Por vezes, este modelo legitimador necessita de conciliar a conformidade consuetudinária e a arbitrariedade activa ou interpretativa do “senhor”, sobretudo quando o estatuto pessoal deste é vago no campo da esfera de competências.

Um elemento estabilizador da autoridade tradicional é precisamente a sua sedimentação histórica, e a possibilidade da imutabilidade essencial das regras de poder comportar ajustamentos acessórios, referentes às particularidades de uma época dada. Mas poderá sempre existir uma sensação de anacronismo, se o rumo da sociedade divergir do modelo adquirido na dimensão política.

No fundo, dada geração obedece ao poder legitimado pela tradição porque a geração anterior já se comportara assim, bem como os antepassados, até ao início dos tempos. Mas pode observar-se ainda que o não raciocínio sobre o fundamento do costume, e sobretudo o não-acto reflexivo sobre o seu conteúdo, é compensado pelo valor do exemplo: independentemente dos juízos de valor sobre a bondade do costume, a obediência é ditada por uma espécie de obrigação natural de manter uma ordem cósmica. Nesse sentido cada geração não conserva, mas passa a regra do domínio, como no seio de uma família os filhos herdam dos pais bens materiais e espirituais.

b. Debilidades e desafios

Este sistema encontra-se porém em perigo se a discricionariedade do detentor fáctico do poder ultrapassa a margem aceitável de interpretação e adaptação contida no costume. Por outro lado, o sistema tradicional é tendencialmente estável mas também tendencialmente pouco intenso no tocante às relações entre senhor e súbditos.

De realçar que WEBER vê como processos “técnicos” de sedimentação da autoridade tradicional a repetição de estímulos, a habituação e o ensino. Quanto ao perigo dos desvios em relação ao costume, provenientes de uma margem intolerável de arbítrio, é o próprio autor que explica:

“ O conteúdo das directivas está ligado e limitado pela tradição. Um senhor que violasse a tradição sem autorização ou escrúpulos estaria assim a pôr em perigo a legitimidade da sua própria autoridade, que se baseia inteiramente na santidade dessa tradição. Por princípio está fora de questão a criação de novas leis que se desviam das normas tradicionais. No entanto, novos direitos são criados de facto, mas apenas pelo processo de reconhecimento dos mesmos como sendo válidos desde tempos imemoriais. Fora das normas tradicionais o querer do senhor está limitado apenas por considerações de equidade no caso individual, e trata-se aqui de uma limitação bastante elástica.

Assim, o seu domínio divide-se entre uma esfera que está estritamente ligada pela tradição e outra na qual a sua arbitrariedade prevalecerá". (M. WEBER, Staatssoziologie, citado em R. BENDIX, Max Weber: An Intellectual portrait, pp. 331-332).

4. A autoridade legal-racional

a. O Império normativo

Embora os dois “tipos ideais” anteriores continuassem a existir, sobretudo em formas combinadas, na sociedade política contemporânea de WEBER, e pudessem reaparecer recorrentemente através da história e sob vários aspectos ou encarnações, o modelo de racionalidade legal significava, para si, o advento pleno do Estado técnico-burocrático moderno.

O tipo puro da autoridade “legal racional” reside claramente na obediência a normas de conduta escritas, gerais e abstractas, impessoais e tipificadas, em relação às quais existe a convicção de legalidade.

Nesse sentido o poder ali alicerçado é um governo de leis, e não de homens, consubstanciado numa igualdade de tratamento e obediências.

Tais normas estão geralmente colocadas numa relação hierárquica complexa, que preconiza vários processos internos, incluindo o de renovação, revogação e criação legislativa.

O sistema assim construído é “legal”, no sentido de ser composto e legitimado por normas públicas (nesse sentido contrastando com os “*arcana imperii*” do poder carismático), e “racional”, porque a apreensão das suas regras essenciais se faz por processos intelectuais objectivantes e lógicos.

b. O aparelho administrativo

A primeira consequência institucional da afirmação deste modelo, que esteve também na sua origem parcial (sendo assim simultaneamente causa e efeito), é a edificação de uma burocracia, distinta da que subsistia nos estados patrimoniais.

A estrutura burocrática moderna seria identificável pelas seguintes características não exaustivas:

- a) Organização permanente e regulada de funções;
- b) Divisão funcional de esferas de competência;
- c) Hierarquização, controle e fiscalização topo-base;
- d) Regulamentações laborais e regulamentação de treino e prova de competência;
- e) Separação entre titulares de cargos e propriedade ou gestão dos meios de produção;
- f) Interdição de cargos vitalícios e existência de regras estatutárias limitadoras;
- g) Actividade administrativa através de relatórios e informações escritas;

h) Existência de uma equipa administrativa.

A implantação de uma burocracia complexa deste tipo provocou transformações profundas na economia, exército, Igrejas, no Estado, nos grupos de interesse e associações políticas, etc.

A maior vantagem técnica deste sistema é a sua ultra-estabilidade, no sentido em que reside não na flutuação de humores pessoais, ou numa regra arcaica cuja compreensão pode ser obscura, mas num feixe de normas impessoais que libertam os indivíduos da pressão psicológica da obediência não racional.

Claro que a intensidade emocional dos laços políticos é diminuta neste modelo, o que pode oferecer-lhe vulnerabilidades graves em situação de emergência.

O modelo legal-racional corresponde, segundo WEBER, de forma quase perfeita, à sociedade moderna de meios - fins, caracterizada por padrões de definição, delimitação, especialização e sistematização.

c. Estado de direito e democracia

Por outro lado, este “tipo ideal” pode não corresponder, como alguns quiseram imediatamente ver, ao sistema “democrático”, na forma de participação alargada no processo de formação das leis. No fundo, uma norma é legal quando, independentemente do seu conteúdo ou justificação, segue um processo formalmente correcto, geralmente inscrito numa lei fundamental, ou Constituição Política.

Para WEBER, a civilização ocidental do século XX adquiriu o seu traço distintivo com o triunfo do modelo “legal racional”, em que a burocracia se tornou superior a outras formas de organização, no mesmo sentido em que a mecanização é superior às formas de produção não mecanizada. Este “moderno racionalismo ocidental” englobava, em termos de regime político, quer o mero “estado de legalidade”, quer o “estado de direito democrático”.

E o triunfo do modelo legal-racional não corresponde a qualquer juízo neo - Hegeliano de “fim da História”, na medida em que se trata de um sucesso parcial e reversível. Por outro lado, a instituição de uma burocracia estruturada não impediu as pulsões carismáticas de alguns sistemas. Como viria a observar CARL SCHMITT, menos de vinte anos depois da morte de MAX WEBER, os funcionários alemães não se revoltaram contra HITLER porque viram nele a barreira da legalidade contra a guerra civil, e logo a defesa dos interesses da burocracia (cf. C. SCHMITT, *Legalidad y Legitimidad*, Madrid 1971).

(Cf. ainda A.KARSTEN, *Das Problem der Legitimitat in Max Webers Idealtypus der Rationalen Herrschaft*, Hamburg 1960; J. DIECKMANN, *Max Webers Begriff des “modernen okzidentalen Rationalismus”*, Dusseldorf 1961; M. WEBER, *Economia y Sociedad*, México 1964; J. WINCKELMAN, *Legitimitat und Legalitat in Max Webers Herrschaftssoziologie*, Tubinga 1952).

V

CONCLUSÃO: MAX WEBER FACE AO JUÍZO ACTUAL

1. A sombra projectada

A influência de MAX WEBER sobre toda a sociologia do século XX é indelével, quer a nível de seguidores e revisitadores reconhecidos, como TALCOTT PARSONS, quer a nível de continuadores de preocupações e temas, como JOSEPH SCHUMPETER, quer a nível de críticos tributários como CHARLES WRIGHT MILLS. Por outro lado, teóricos como CARL SCHMITT usaram a análise de Weber de forma implícita, aplicando-lhe matizados juízos de valor. Nesse sentido vai a minimização política, por parte de Schmitt, do que chamava “estado legislativo”, oposição ao “Regierungsstaat” ou ao “Verwaltungsstaat”, fundados em formas de legitimação não-jurídica.

Pode ainda dizer-se que quer o decisionista SCHMITT quer o normativista puro que foi HANS KELSEN fundaram teorias “a - valorativas” Weberianas para explicar partes do universo relacional humano.

Filósofos da política tradicionalmente situados em barricadas opostas, como JURGEN HABERMAS e NIKLAS LUHMANN, admitiram também amiúde a sombra intelectual de WEBER sobre as suas obras, e pode ver-se na teoria Luhmanniana da “legitimação pelo procedimento” um avatar recente do “tipo ideal de autoridade legal-racional”.

Também o acentuar, por WEBER, do “sentido” da acção humana, algures entre o racionalismo e o reduccionismo (para usar a frase de R. BENDIX, porventura, com ARON, o mais profundo crítico “positivo” de WEBER), o podem colocar, de certa forma, nas encruzilhadas do existencialismo, dos personalismos e do novo humanismo da segunda metade do século.

2. Actualidade Weberiana e questões emergentes

E se se pode dizer que a análise dos tipos autoritários mereceria desenvolvimentos, para salientar, por exemplo, o papel “legitimador” que os meios de informação desempenham nos nossos dias (cf. p. ex., G. W. WITTKAMPER, *Medienwirkungen in der Internationalen Politik*, Munster 1986, 2 vols.), ou a função da ideologia na fundação do “Estado Totalitário”, ou, por exemplo, os mecanismos de legitimação económica no capitalismo avançado do Ocidente, para já não falar da possível eclosão de formas “culturais” de sustentação da autoridade, a verdade é que a classificação tripartida continua utilíssima como esqueleto de qualquer divagação agregadora sobre o poder político e a sua aceitação.

Neste aspecto ganha realce a ideia Weberiana acerca da necessidade de, casuisticamente, verificar da combinação de características de vários “tipos ideais” no mesmo regime político. A associação dos três modelos descreve substancialmente várias aplicações da experiência presidencialista nos EUA, antes e depois de 1945 (cf., a esse respeito, *The Pulse of Politics*, N. Iorque 1980, por JAMES DAVID BARBER e,

de ROBERT DAHL, *Democracy and its critics*, Yale 1989). E a combinação tradicional/Legal-racional continua a explicar a lealdade dos cidadãos nas monarquias constitucionais restantes do século XX, da Escandinávia ao Reino Unido.

Por outro lado, a ascensão de formas de poder autoritário e pessoalizado, um pouco por todo o mundo subdesenvolvido, não desenvolvido ou em vias de desenvolvimento, depois da Segunda Guerra Mundial, torna urgente a releitura das observações de WEBER sobre o arquétipo carismático.

Também a dimensão simultaneamente carismática e tradicional que procura legitimar o ressurgir nacionalista na Europa, ou a rediscussão do regionalismo, devolve actualidade e utilidade a uma releitura da sociologia política Weberiana (cf., por exemplo, M. WATSON, ed., *Contemporary Minority Nationalism*, Londres 1992, 2.^a ed., R. MORGAN, ed., *Regionalism in European Politics*, Londres 1986, ou G. SMITH, *The Nationalities question in the Soviet Union*, Londres 1991).

3. Do bom uso dos arquétipos

E pode ainda observar-se que WEBER identificou os problemas fulcrais da legitimação *política*: em última análise, a legitimação pelos “*media*” não é um “tipo ideal” em si, mas um possível “subprocesso técnico” aplicável aos três modelos, mas sobretudo aos sistemas legais - racionais; quanto à legitimação pela propriedade ou gestão, ou à legitimação ideológica, poderemos também encontrá-las na análise casuística que os “*Idealtypen*” proporcionarem.

É o caso do estudo do Bonapartismo, do Peronismo, do Nasserismo, do Hitlerismo: todas estas experiências se inserem, de formas diversas e em graus diferentes, no modelo quintessencial da autoridade carismática. No entanto, isso não invalida que o líder revelado na excepção se sustente numa ideologia ou num complexo doutrinal (nacional-socialismo, justicialismo, “terceira via” de autodeterminação colonial, revisão cesarista dos princípios de 1789). Por outro lado, as teses pluralistas e poliárquicas filiadas em DAHL e LINDBLOHM, parecem dar razão a WEBER, sob forma de uma combinação complexa dos seus processos de legitimação nas democracias contemporâneas.

4. Sensibilidade e bom senso

Claro que WEBER não viveu tempo suficiente para observar as interacções múltiplas entre economia, política e poder militar, sobretudo nas nações desenvolvidas da Euro-América. A sua delimitação determinista é influenciada pelo espírito da época, entre o tinir de esporas e os sonhos românticos de irredentismo. O problema foi aliás excelentemente colocado por RAYMOND ARON:

“Max Weber, à maneira dos seus contemporâneos mas diferentemente dos economistas liberais, não parece duvidar de que o poder político de um Estado conduza o desenvolvimento económico da Nação. Fala e escreve como se o nível de vida da classe operária dependesse finalmente da sorte

das armas. A esse respeito, Max Weber não pertence ao nosso tempo. Sabemos hoje - e não teria sido impossível sabê-lo há 60 anos - que a força militar não é nem uma condição necessária nem uma condição suficiente da prosperidade material". (R. Aron, Max Weber et la politique de puissance, em Les Étapes de la pensée sociologique, p. 651).

A desactualização de WEBER no campo dos tipos ideais de autoridade é, a meu ver, e como foi dito, bem menor. Para isso contribui o facto de a sociologia política Weberiana ser essencialmente "aberta" e não-dogmática, abstendo-se de construir previsões milenares, incidindo sobre a análise histórica e fornecendo sobretudo quadros heurísticos, molduras lógicas de referência para futuras investigações.

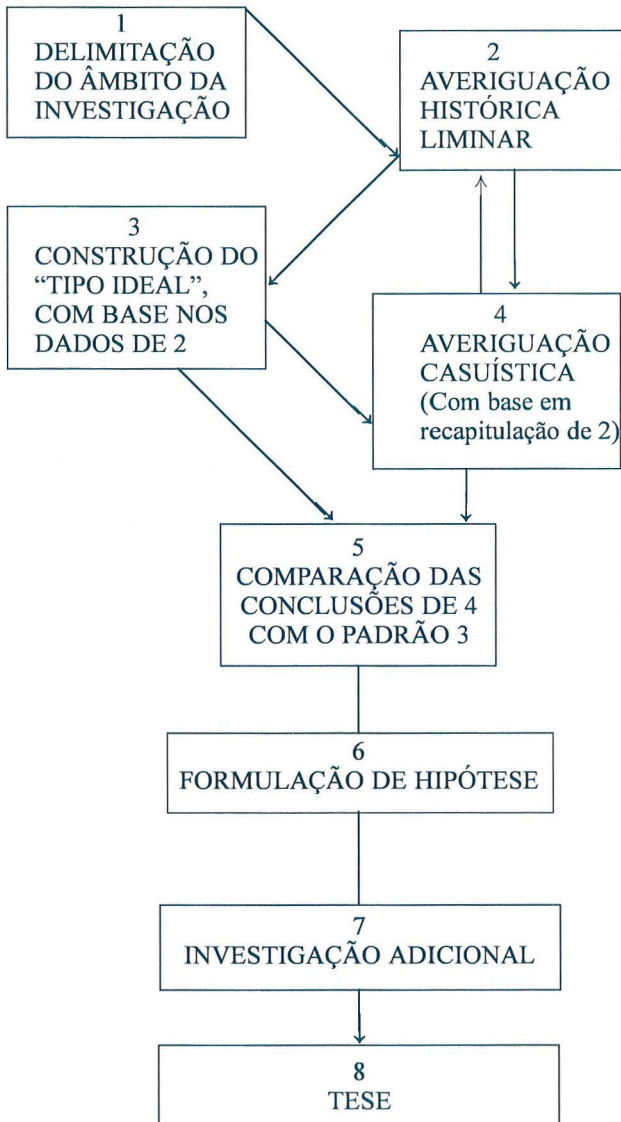
Isto não quer dizer que se deva analisar o contributo de WEBER desencarnado do seu tempo e das circunstâncias lógicas da sua formulação (cf., p. ex., P. RAYNAUD, *Max Weber et les dilemmes de la raison moderne*, Paris 1987). Mas significa também que é ilícito descartar WEBER como um produto meramente circunstancial do sociologismo crítico do século XIX.

Algures entre os dois excessos estará o caminho certo, aliás paralelo à implícita ética do bom senso do mesmo MAX WEBER.

QUADRO I COMPARAÇÃO ENTRE OS "TIPOS IDEAIS" DE AUTORIDADE, SEGUNDO MAX WEBER

AUTORIDADE (Forma de legitimação)	FONTE	CHEFIA	GRAU DE MUDANÇA	CONDIÇÃO DOS DESTINATÁRIOS
TRADICIONAL	Não-racional	Consuetudinária	Estático	súbditos
CARISMÁTICA	Emocional-afectiva-fideistamítica	Pessoal	Dinâmico e instável	discípulos seguidores
LEGAL-RACIONAL	Racional	Impessoal	Dinâmicos - estável	cidadãos iguais p/ lei

QUADRO II
DIAGRAMA METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO WEBERIANA
SOBRE OS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DO PODER POLÍTICO



BIBLIOGRAFIA

- ANDREW, V., *Modern Political Ideologies*, Oxford 1992
- ARON, R., *Les étapes de la pensée sociologique*, Paris 1967
- BOTTOMORE, T., *Political Sociology*, Londres 1979
- BRUUN, O., *Values and Politics in Max Weber's Methodology*, Copenhaga 1972
- BUNCE, V., *Do leaders make a difference?*, Princeton 1981
- BENDIX, R., *Max Weber, an intellectual portrait*, Berkeley 1977
- DRONBERGER, I., *The political thought of Max Weber*, N. Iorque 1971
- EISENSTADT, S., *Max Weber: On charisma and Institution Building*, Chicago 1968
(obra colectiva)
- FREUND, J., *La sociologie de Max Weber*, Paris 1966
- FRIEDRICH, C. J., (ed.), *Authority*, Cambridge 1958
- GIDDENS, A., *Politics and sociology in the thought of Max Weber*, Londres 1972
- HABERMAS, J., *Legitimation crisis*, Londres 1976
- HUGHES, J. e DOWSE, R., *Political Sociology*, Londres 1972
- MANN, M., *The sources of social power*, vol. II, Cambridge 1992
- MILLS, C.W., *The power elite*, Nova Iorque 1956
- MOMMSEN, W.J., *The age of bureaucracy*, Oxford 1974
- ROTH, G., *Introduction to Max Weber, Economy and Society*, 2 vols., Berkeley 1978
- ROTH, G. e WITTICH, C., *Max Weber, Economy and Society: An outline of interpretative sociology*, Berkeley 1978
- RUNCIMAN, W. (ed.), *Max Weber: Selections in translation*, Cambridge 1978
- RICE, E.E. (ed.), *Revolution and counter-revolution*, Oxford 1991
- SILVA, A.S., *Entre a Razão e o Sentido. Durkheim, Weber e a teoria das Ciências Sociais*, Porto 1988
- SAMMER, O. (ed.), *Max Weber und die soziologie heute*, Tubinga 1965
- WEBER, M., *Ensaio de Sociologia*, Rio 1971, 2.^a ed.
- WEBER, M., *Gesammelte politishce schriften*, Tubinga 1958, 2.^a ed.
- V.A. *L'Autorité*, Milão 1984